

Economia

Brasil

132

# Governo estuda “disparo” limitado

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os ministros da área econômica deverão estudar a proposta apresentada pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos, para resolver o problema salarial. Santos propôs ontem que o gatilho salarial seja disparado — quando a inflação chegar a 20% — para quem ganha até quatro salários mínimos; para os com renda mensal superior, o reajuste automático ficaria restrito a parte do salário que vai até quatro mínimos. A proposta foi bem recebida pelos ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e Almir Pazzianotto, do Trabalho.



O presidente da CNC sugeriu ainda redução das margens de lucros dos empresários, como forma de absorver o aumento dos salários sem repassá-los integralmente para os preços, e a diminuição do déficit público. Ele esclareceu que a limitação do gatilho poderia ser estabelecida em outros níveis, como forma de acomodar os interesses de todas as partes. Acha também que o ideal seria a extinção da escala móvel de salários, mas admitiu que o momento atual não permite “a extinção pura e simples do gatilho”.

A proposta do PMDB, que se uniu aos ministros da área econômica para encontrar uma solução para a crise na economia brasileira, é de continuidade do gatilho salarial. Foi o que disse um ministro que participou da reunião dos ministros com lideranças do partido. Ele ressaltou, no entanto, que o PMDB não pretende apresentar propostas para a crise econômica — pois isso desvirtuaria o objetivo da reunião —, mas colher a média de pensamento do partido quanto ao atual momento. O PMDB também apresentou outras duas propostas: tabelamento dos juros e solução para o pagamento da dívida externa, de forma a não afetar o crescimento da economia na base de 6% ao ano e dos salários. Segundo esse ministro, o presidente José Sarney acei-



Pazzianotto (dir.) recebe empresários e trabalhadores

tou as sugestões do partido, por acreditar que a sua sorte é a sorte do PMDB e que “todos estão no mesmo barco”.

Outros pontos de consenso entre os peemedebistas, segundo a fonte ministerial, foram o de que a inflação tem de ser enfrentada de qualquer modo, desde que não sacrifique os assalariados ou prejudique a classe trabalhadora; que o governo tem de reagir ao ágio; e não permitir a desobediência civil, parta de onde partir.

Num encontro de mais de quatro

horas de duração, o mistro Pazzianotto pediu a 12 líderes sindicais e cinco representantes de confederações de empresários uma trégua de 90 a 120 dias. Os sindicalistas disseram que o pedido do ministro não implica o fim das greves; os empresários afirmaram que nesse período os preços devem aumentar. Pazzianotto, entretanto, considerou a reunião uma “vitória”. Argumentou que “pela primeira vez trabalhadores e empresários sentaram-se lado a lado para discutir”.